



ABRIL 2024

Desemprego e Medidas do IEFP

Capacitar e Preservar para Informar e Avançar PESSOAS - FSE+-00016300

Actividade 2

PUBLICAÇÕES NO DOMÍNIO DO EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATAÇÃO COLECTIVA



Co-financiado:



Cofinanciado pela
União Europeia

Informação sobre desemprego registado e medidas do IEFP em Abril de 2024

Informação sobre desemprego registado

No final de Abril de 2024 estavam registados no centros de emprego do país 318,3 mil desempregados, 306,5 mil dos quais no continente, tendo diminuído em termos mensais (-1,9% no país e -1,8% no continente) mas aumentado em termos homólogos (+7,8% no país e +9,1% no continente).

São mais 22,9 mil desempregados no total do país e quase mais 25,6 mil no continente em apenas um ano, sendo que nas regiões autónomas o desemprego diminuiu, ao contrário do que se verificou em todas as regiões do continente, com maior expressão no Algarve.

Em termos mensais registou-se um aumento do desemprego em Lisboa e Vale do Tejo e no Centro.

Desemprego registado no final do mês

	ABRIL 2024		Variação			
			Mês anterior		Mês homólogo ⁽¹⁾	
			Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
PORTUGAL	318 331	100,0	-6 285	-1,9	+22 909	+7,8
CONTINENTE	306 527	96,3	-5 654	-1,8	+25 557	+9,1
Norte	123 527	38,8	- 703	-0,6	+10 287	+9,1
Centro	43 666	13,7	+ 34	+0,1	+3 417	+8,5
Lisboa V. Tejo	109 374	34,4	+ 487	+0,4	+8 718	+8,7
Alentejo	15 262	4,8	-1 934	-11,2	+ 891	+6,2
Algarve	14 698	4,6	-3 538	-19,4	+2 244	+18,0
REG.AUTÓNOMAS	11 804	3,7	- 631	-5,1	-2 648	-18,3
Açores	4 712	1,5	- 187	-3,8	- 715	-13,2
Madeira	7 092	2,2	- 444	-5,9	-1 933	-21,4

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego.

Com os desempregados ocupados em programas de emprego e formação profissional (90,8 mil no país e 86,6 no continente) o número de desempregados que recorre aos centros de emprego ultrapassa as 409 mil pessoas no país e 393 mil no continente, aproximando-se este número mais do desemprego real.

A maioria dos desempregados ocupados do continente (72%) frequenta formação profissional (num total de 62,3 mil), está em estágios do IEFP (12,3 mil, isto é, 14,3%) ou no chamado trabalho socialmente necessário (cerca de 12 mil, ou seja, 13,8%), que, na maioria dos casos, mais não é do que uma forma de desempenho de tarefas permanentes por desempregados subsidiados, nomeadamente na Administração Local, em vez de os contratarem de forma permanente e com um salário digno. Já a formação profissional tem uma taxa de emprego subsequente muito baixa (na ordem dos 20% no caso dos desempregados) e apenas os estágios têm uma taxa de integração elevada (embora com precariedade elevada).

Os desempregados ocupados têm um peso de 22,2% no total de desempregados que procuram os centros de emprego, contribuindo para amortecer socialmente o desemprego. Apesar de haver uma diminuição do número de desempregados ocupados, o número total de desempregados aumentou em termos homólogos (+2,6% no país e +3,7% no continente).

Mas mesmo considerando os desempregados ocupados, ficam ainda de fora da contabilização real do desemprego os desempregados que não se inscrevem nos centros de emprego por

terem esgotado as suas prestações de desemprego, bem como os que a elas não têm acesso por não terem efectuado descontos para a segurança social no período mínimo exigível ou que nem sequer efectuaram descontos devido à precariedade laboral - com os jovens e os imigrantes a serem os mais atingidos -, havendo ainda muitos outros que, por não encontrarem as respostas necessárias junto dos serviços de emprego, também não se registam ou desistem de continuar registados.

Os maiores aumentos do desemprego registado no país em termos homólogos ocorreram entre os jovens menores de 25 anos (+13,7%, embora os maiores de 25 anos também tenham crescido), os homens (+8,5%, ainda que as mulheres também tenham aumentado e sejam 55,6% dos desempregados registados) e os desempregados com ensino secundário (+18,9%, ainda que os outros grupos a partir do 2º ciclo também tenham subido).

Desemprego registado no final do mês, Portugal

	ABRIL 2024	%	Variação			
			Mês anterior		Mês homólogo(1)	
			Var. Abs.	Var. %	Var. Abs.	Var. %
PEDIDOS DE EMPREGO	472 200	100,0	-3 068	-0,6	+10 706	+2,3
DESEMPREGO REGISTADO	318 331	67,4	-6 285	-1,9	+22 909	+7,8
EMPREGADOS	45 460	9,6	+3 137	+7,4	+1 041	+2,3
OCUPADOS	90 809	19,2	- 820	-0,9	-12 478	-12,1
INDISPONÍVEIS TEMPORÁRIAMENTE	17 600	3,7	+ 900	+5,4	- 766	-4,2
DESEMPREGO REGISTADO	318 331	100,0	-6 285	-1,9	+22 909	+7,8
Homens	141 325	44,4	-3 271	-2,3	+11 021	+8,5
Mulheres	177 006	55,6	-3 014	-1,7	+11 888	+7,2
< 25 anos	36 247	11,4	-1 105	-3,0	+4 375	+13,7
>= 25 anos	282 084	88,6	-5 180	-1,8	+18 534	+7,0
Inscritos < 1 ano	202 179	63,5	-5 655	-2,7	+23 486	+13,1
Inscritos >= 1 ano	116 152	36,5	- 630	-0,5	- 577	-0,5
Primeiro Emprego	30 894	9,7	- 110	-0,4	+2 641	+9,3
Novo Emprego	287 437	90,3	-6 175	-2,1	+20 268	+7,6
Nenhum Nível de Instrução	27 234	8,6	-1 336	-4,7	- 698	-2,5
Básico - 1º Ciclo	37 619	11,8	- 859	-2,2	-2 143	-5,4
Básico - 2º Ciclo	41 444	13,0	-1 021	-2,4	+1 215	+3,0
Básico - 3º Ciclo	58 399	18,3	-1 182	-2,0	+3 225	+5,8
Secundário	114 354	35,9	-1 309	-1,1	+18 194	+18,9
Superior	39 281	12,3	- 578	-1,5	+3 116	+8,6

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego.

Há cada vez mais cidadãos estrangeiros desempregados registados nos centros de emprego. Em Abril o seu número chegou quase aos 58 mil, representando já 19% do total de desempregados inscritos, quando em 2021/2022 era de 11%. No mesmo mês de 2023 o seu número era inferior a 41 mil, o que significa um aumento de 42% em apenas um ano que compara com um aumento de 3,5% entre os desempregados portugueses.

A precariedade é a principal causa de desemprego com 42% dos trabalhadores desempregados a registarem-se nos centros de emprego do continente porque o seu contrato a prazo acabou¹.

Dois terços das colocações efectuadas desde o início do ano no continente foram a termo, tendo piorado face a Abril de 2023 (a percentagem era de 59%) e os salários pagos são, em média, baixos: 900 euros brutos no mês em análise, pouco acima do salário mínimo nacional e longe do salário médio mensal bruto do país (1.209 euros, valor calculado pelo INE a partir de dados da Segurança Social²).

No final do mês apenas 149,4 mil trabalhadores desempregados (incluindo também os desempregados ocupados) beneficiavam de prestações de desemprego no continente, ou seja, 38% do total de inscritos nos centros de emprego.

E os que têm confrontam-se com valores muito baixos: em média 605 euros no conjunto dos vários subsídios, valor pouco superior ao limiar da pobreza (591 euros)³.

O subsídio de desemprego, que abrange quase 80% dos desempregados subsidiados, é de apenas 644 euros, em média, seguindo-se o subsídio social de desemprego subsequente (446 euros) e o subsídio social de desemprego (427 euros).

A baixa cobertura e os valores prestacionais reduzidos determinam que tenha crescido para 46,4% a percentagem de desempregados na pobreza mesmo após as transferências sociais.

Execução das medidas de emprego e formação profissional da responsabilidade do IEFP

O número de abrangidos por medidas do IEFP baixou em relação a Abril do ano passado em 3,8%, tendo diminuído 14,5% na área do emprego e 5,3% na reabilitação profissional, aumentado apenas na formação profissional em 0,6%.

ATIVIDADE OPERACIONAL						
MEDIDAS	abril / 2023		abril / 2024		Var. %	
	Abrangidos	Pagamentos	Abrangidos	Pagamentos	Abrangidos	Pagamentos
EMPREGO	81 553	111 205 442	69 704	110 851 204	-14,5	-0,3
Programas de Emprego	51 820	111 205 442	39 974	110 851 204	-22,9	-0,3
Colocações	29 733		29 730		0,0	-
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	202 999	86 214 313	204 209	103 987 302	0,6	20,6
IEFP, IP	135 936	53 943 586	139 348	68 392 574	2,5	26,8
Centros de Gestão Participada	67063	29 758 015	64 861	33 117 351	-3,3	11,3
Ações em Cooperação com Outras Entida	0	2 512 712	0	2 477 376	-	-1,4
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	20 057	14 187 107	18 996	16 911 735	-5,3	19,2
IEFP, IP	18270	11 775 407	18 996	14 124 681	4,0	20,0
Centros de Gestão Participada - Reabilitaç	1787	2 411 700	0	2 787 054	-100,0	15,6
Organismo Intermédio - Reabilitação	0	0	0	0	-	-
TOTAL	304 609	211 606 862	292 909	231 750 240	-3,8	9,5

➤ Emprego

¹ Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais por Concelhos.

² Fonte: INE, Remuneração bruta mensal média por trabalhador – Março de 2024. Valor referente ao 1º trimestre de 2024. Últimos dados disponíveis.

³ Fonte: IEFP para o número de subsidiados, II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social para o valor das prestações de desemprego e INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023 para a pobreza.

As medidas com maior execução esta área em termos de número de abrangidos são: (i) os estágios; (ii) as relacionadas com o chamado trabalho socialmente necessário, designadamente os Contratos Emprego Inserção; (iii) os apoios à contratação.

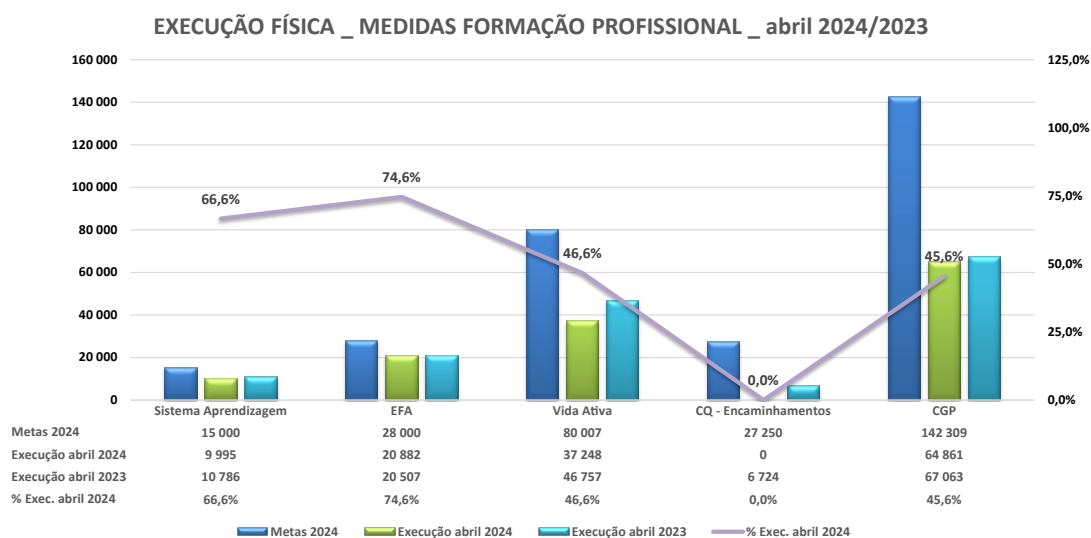
Temos muitas reservas sobre o conteúdo e utilização que é feita destas medidas, além de faltarem dados sobre o emprego subsequente à participação das medidas, vínculos e salários praticados e se as funções são adequadas às competências dos trabalhadores.

Nos *Estágios ACTIVAR.PT*, pese embora o ligeiro aumento das bolsas dos estagiários sobretudo no que toca aos níveis de qualificação mais elevados (sem contudo as indexar ao salário mínimo nacional e não ao IAS, uma vez que se trata de trabalho e de relações de trabalho e não de apoios sociais), continua por resolver o problema da rotação dos estagiários no mesmo posto de trabalho, uma vez que nada impede que as entidades promotoras contratem sucessivos estagiários para desempenharem na empresa as mesmas exactas funções, e ainda permitem alargar discricionariamente (através de regulamentação própria ou mesmo por despacho do membro do Governo responsável pela área do emprego) os destinatários da medida.

Nos *Contratos Emprego-Inserção* impõe-se a sua fiscalização para garantir que os desempregados não ocupam postos de trabalho permanentes. A CGTP-IN defende que os trabalhadores desempregados não podem ser tratados como mão de obra barata disponível e empurrados para o desempenho de funções para as quais não dispõem de competências mínimas nem de formação adequada. A CGTP-IN reafirma que o reforço de trabalhadores nestes serviços deve ser feito através da contratação regular de trabalhadores com formação e competências adequadas às funções, mediante contrato de trabalho, sujeito às condições de trabalho e retribuição praticadas no sector, em conformidade com as normas legais e convencionais aplicáveis.

Quanto aos *apoios à contratação*, não concordamos que os contratos sem termo tenham um tempo mínimo de obrigatoriedade de permanência, o que é contraditório com a própria definição do contrato sem termo, nem com o uso directo ou indirecto da segurança social para efeitos de criação de emprego, pois não é a função deste sistema. No *Compromisso Emprego Sustentável* - a medida de contratação com maior execução actualmente - valorizamos o facto de se destinar apenas à contratação sem termo, mas a obrigação de manter o contrato apoiado e o nível de emprego alcançado por via do apoio apenas durante 24 meses não faz qualquer sentido dada a natureza do contrato, estando a CGTP-IN também em desacordo com a dispensa, directa ou indirecta, de pagamento de contribuições da segurança social da responsabilidade da entidade patronal.

➤ Formação profissional



Em termos gerais, observa-se que a execução relativa à formação profissional apresenta as seguintes tendências:

- O sistema de Aprendizagem tem vindo a mostrar uma desaceleração na execução, colocando-se a questão de se saber porque razão tal está a suceder, nomeadamente, se se trata de um elevado de desistências ou se tem havido dificuldade no arranque de novas acções.
- Os EFA (cursos de Educação e Formação de Adultos), embora com um ritmo de execução mais baixo do que o do início do ano, apresentam uma taxa de execução muito elevada, colocando-se a seguinte questão: quando se atingirem os 100%, ou perto disso, como irá o IEFP actuar? Com uma rectificação ao plano de actividades?
- No caso dos Centros Qualifica, a execução continua a 0%, o que é preocupante e leva a CGTP-IN a colocar a questão, porque razão, no final do 1.º trimestre, nada se executou nesta matéria. Estará esta rubrica totalmente dependente de fundos comunitários? Existirá apenas porque existem fundos para a pagar e apenas enquanto esses fundos existirem ou ao seu ritmo de financiamento? A CGTP-IN defende que, tratando-se de uma rubrica estrutural na oferta qualificante, a mesma não pode estar tão definitivamente ancorada nos fundos comunitários e nas suas lógicas cíclicas de financiamento.
- No caso dos centros de gestão participada (CGP), constatamos uma subida de 9,9% na execução de Março a Abril (de 35,7% para 45,6%), o que constitui um dado positivo e coloca a execução em níveis muito aceitáveis para esta altura do ano.

Sucesso formativo e Igualdade de Género na formação

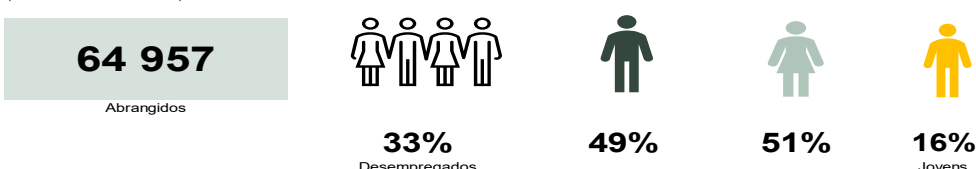
Centros de Gestão Direta + EFE

(dados acumulados abril/2024; exclui Cheque Formação)



Centros de Gestão Participada

(dados acumulados abril/2024)



Nos centros de gestão directa (CGD) + EFE (entidades formadoras externas), observamos uma subida de 20% na execução, enquanto nos centros de gestão participada a execução cresce 27,6% relativamente a Março, o que reflecte uma aceleração da execução, em especial nestes últimos.

De referir que, embora mais esbatida, continua a verificar-se um maior número de homens nos centros de gestão participada (49% contra 36%), embora, já se verifique um maior equilíbrio em relação ao que sucedia em Março de 2024, em que a desproporção era muito evidente (os CGP acolhiam 75% de homens).

Centros de Gestão Direta + EFE

(dados acumulados abril/2024)



Centros de Gestão Participada

(dados acumulados abril/2024)



Principais Áreas de Formação

Áreas de Formação	Abrangidos	%
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	2 689	8,0%
CUIDADOS DE BELEZA	2 660	7,9%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	2 603	7,8%
COMÉRCIO	2 581	7,7%
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS A MOTOR	2 351	7,0%
SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	1 962	5,9%
SAÚDE - PROGRAMAS NÃO CLASSIFICADOS NOUTRA ÁREA DE FORMAÇÃO	1 752	5,2%
TRABALHO SOCIAL E ORIENTAÇÃO	1 516	4,5%
SECRETARIADO E TRABALHO ADMINISTRATIVO	1 493	4,5%
ÁUDIO-VISUAIS E PRODUÇÃO DOS MEDIA	1 451	4,3%
Outras áreas	12 473	37,2%

Nº Formandos integrados em Percursos terminados no ano* **5 739**

Tx. Aprovação	Tx. Reprovação	Tx. Desistência
37,4%	8,4%	39,0%
Registos sem avaliação		15,3%

Áreas de Formação	Abrangidos	%
METALURGIA E METALOMECÂNICA	1 790	14,5%
COMÉRCIO	1 317	10,6%
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	930	7,5%
INDÚSTRIAS DO TÊXTIL, VESTUÁRIO, CALÇADO E COURO	823	6,6%
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MEDIA	651	5,3%
ÁUDIO-VISUAIS E PRODUÇÃO DOS MEDIA	12	0,1%
ELECTRICIDADE E ENERGIA	657	5,3%
SECRETARIADO E TRABALHO ADMINISTRATIVO	549	4,4%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	511	4,1%
TRABALHO SOCIAL E ORIENTAÇÃO	509	4,1%
Outras áreas	4 632	37,4%

Nº Formandos integrados em Ações terminadas no ano* **3 734**

Tx. Aprovação	Tx. Reprovação	Tx. Desistência
68,3%	1,5%	5,1%
Registos sem avaliação		25,1%

* Estes dados não incluem formandos que estão ainda em formação ou que, tendo desistido em 2024, o fizeram em percursos/ações ainda não terminadas. Inclui, no entanto, desistências ocorridas em anos anteriores, desde que correspondam a percursos/ações concluídas em 2024.

Já quando desagregados os dados, e apenas apreciados os números relativos às ofertas de longa duração, verificamos que a taxa de aprovação dos Centros de Gestão Directa é muito mais baixa do que nos CGP (37,4% para 68,3%) , com uma taxa de reprovação também muito mais elevada (8,4% para 1,5%). Em matéria de desistência, a disparidade é demasiado evidente (39% para 5,1%) para não se levantarem algumas questões:

- Como é realizado o acompanhamento e integração psicossocial dos formandos nestes cursos, no caso dos CGP?
- O que está a ser feito para corrigir a situação?
- Que medidas de estudo e transmissão de boas práticas estão a ser desenvolvidas?

FORMAÇÃO MODULAR (inclui VIDA ATIVA)

Centros de Gestão Directa

(dados acumulados abril/2024)

63 431

Abrangidos

Centros de Gestão Participada

(dados acumulados abril/2024)

32 993

Abrangidos

Principais Áreas de Formação

Áreas de Formação	Abrangidos	%
COMÉRCIO	12 158	19,2%
TRABALHO SOCIAL E ORIENTAÇÃO	6 307	9,9%
SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	4 983	7,9%
SECRETARIADO E TRABALHO ADMINISTRATIVO	3 550	5,6%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	3 512	5,5%
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	2 872	4,5%
CUIDADOS DE BELEZA	2 465	3,9%
SILVICULTURA E CAÇA	2 419	3,8%
ENQUADRAMENTO NA ORGANIZAÇÃO/EMPRESA	2 300	3,6%
TURISMO E LAZER	2 265	3,6%
Outras áreas	17 884	28,2%
DESCONHECIDO OU NÃO ESPECIFICADO	2 716	4,3%

Nº Formandos integrados em Percursos terminados no ano*	42 662
Tx. Aprovação	65,9%
Tx. Reprovação	7,1%
Tx. Desistência	4,0%
Registos sem avaliação	23,0%

Áreas de Formação	Abrangidos	%
INDÚSTRIAS DO TÊXTIL, VESTUÁRIO, CALÇADO E COURO	4 816	14,6%
METALURGIA E METALOMECÂNICA	3 741	11,3%
COMÉRCIO	3 373	10,2%
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	2 202	6,7%
CONSTRUÇÃO CIVIL E ENGENHARIA CIVIL	1 785	5,4%
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS A MOTOR	1 589	4,8%
ÁUDIO-VISUAIS E PRODUÇÃO DOS MEDIA	80	0,2%
MATERIAIS	1 164	3,5%
INDÚSTRIAS ALIMENTARES	1 121	3,4%
ELECTRICIDADE E ENERGIA	1 112	3,4%
Outras áreas	11 097	33,6%
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MÉDIA	913	2,8%

Nº Formandos integrados em Ações terminadas no ano*	26 765
Tx. Aprovação	54,7%
Tx. Reprovação	2,6%
Tx. Desistência	4,3%
Registos sem avaliação	38,5%

Já quando analisamos o caso das formações de curta duração verifica-se o inverso:

- Taxa de aprovação é superior nos CGP
- Taxa de desistência é mais ou menos igual
- O número de registos sem avaliação é também superior nos CGP (38,5% para 23% nos CGD)

Daí que se coloquem as seguintes questões:

- Quais as diferenças nos públicos-alvo para que se verifique esta disparidade em relação às formações de longa duração? Será porque nos CGP existem mais formandos empregados e, por isso, têm maior taxa de desistência, o que já não sucede no caso dos EFA, aprendizagem e outras?

- Qual o trabalho de análise pedagógica que está a ser feito para se diagnosticarem as razões desta contradição entre modalidades? Na longa duração os CGD são menos eficientes, mas na curta duração é o contrário.

CGTP-IN